

225

229

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 67042-4 – BREJO DA MADRE DE DEUS - PE
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE WALTER PACHECO
ADVOGADO: NIVALDO DE BARROS SOUTO
AGRAVADA: MARIA DE LOURDES LIMA DE MELO
ADVOGADO: MÁRIO GIL RODRIGUES NETO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NEGADO.

POSSUIDOR É AQUELE QUE TEM DE FATO O EXERCÍCIO PLENO OU NÃO DE ALGUNS PODERES INERENTES À PROPRIEDADE. A POSSE DECORRE DE UM PODER SOBRE A COISA E INDEPENDE DO TÍTULO JURÍDICO QUE A LIGA A SEU POSSUIDOR.

DECISÃO: “UNANIMEMENTE NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR”.

DATA DE JULGAMENTO: 16 de dezembro de 2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 67042-4, em que figura como agravante o ESPÓLIO DE WALTER PACHECO e como agravada MARIA DE LOURDES LIMA DE MELO, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Tudo de acordo com o voto escrito anexo que integra o presente aresto.

Recife, 18 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

TJPE
FLS.
218
cv

230

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0067042-4 – BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE WALTER PACHECO
ADVOGADO: NIVALDO DE BARROS SOUTO
AGRAVADA: MARIA DE LOURDES LIMA DE MELO
ADVOGADO: MARIO GIL RODRIGUES NETO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ESPÓLIO DE WALTER PACHECO contra Decisão do MM. Juiz *a quo*, que nos autos da Ação de Reintegração de Posse com pedido de Liminar c/c Produção de Provas, objetivando o efeito suspensivo da decisão Interlocutória, bem como a reforma total do despacho, devolvendo-se a posse do imóvel ocupado pela Agravada.

Alega o agravado, que a juíza *a quo* concedeu a liminar depois de certificar-se dos verdadeiros fatos e somente, após despertadas as suas convicções acerca da posse da Agravada sobre o imóvel, objeto da Reintegração de Posse, se pronunciando após sete meses.

A decisão agravada deferiu o pedido de liminar por entender que não há dúvidas à magistrada de que entre a Agravada e o Sr. Walter Pacheco existiu uma relação de concubinária.

O relator proferiu despacho, requerendo esclarecimentos ao juiz *a quo*.

fs. 145.

O Magistrado *a quo*, nas fs. 171/172, prestou os esclarecimentos solicitados.

231

A Agravada apresentou contra-razões às fls.151/157, requerendo o indeferimento do pedido liminar, mantendo-se na íntegra a decisão da juíza I *a quo*. No mérito seja negado o provimento ao agravo.

O Relator proferiu decisão fs. 174/175, negando o efeito suspensivo requerido na exordial.

Solicitado novo esclarecimento, o juiz monocratico prestou informações sob o andamento do feito, fs. 211/212.

É o Relatório

Inclua-se em pauta.

Recife 26 de novembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Relator

A/a



226

232

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0067042-4 – BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE WALTER PACHECO
ADVOGADO: NIVALDO DE BARROS SOUTO
AGRAVADA: MARIA DE LOURDES LIMA DE MELO
ADVOGADO: MARIO GIL RODRIGUES NETO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Prefacialmente, ao exame dos pressupostos de admissibilidade, nenhum reparo há a considerar. O recurso é próprio, aportou tempestivamente. Portanto, apto a ser conhecido.

De acordo com o art. 1.196, do Código Civil de 2002, possuidor é aquele que tem, de fato, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

Assim, tem-se que a posse decorre de um poder de fato sobre a coisa e independe do título jurídico que a liga a seu possuidor (poder de direito).

Nesse contexto, cumpre esclarecer a distinção entre *ius possidendi* e *ius possessionis*: o primeiro diz respeito ao direito de posse com fundamento na propriedade, em outro direito real ou mesmo obrigacional (faculdade jurídica de possuir); o segundo, por sua vez, é o direito fundado na posse considerada em si mesma (fato da posse), independentemente do título jurídico que o embasa.

No caso *sub judice*, sustenta a agravante, a ausência de posse e, conseqüentemente, do esbulho a ensejar a concessão da liminar.

227

223

Compulsando-se os autos, verifico que os depoimentos das testemunhas confirmaram o longo período de tempo em que a Agravante e o Sr. Walter Pacheco se conheciam, além da confirmação de que ambos moravam no final da Rua do Cambão, local do imóvel em questão.

Conforme se denota das fotos juntadas pela Agravada, os pertences da mesma encontravam-se na residência em questão, demonstrando com isso que a residência realmente era habitada, não se tratando de imóvel abandonado, como informa a Agravante.

Outro fato devidamente comprovado fora o esbulho, através das provas testemunhais, além de uma certidão da DEPOL, onde atesta uma ação perpetrada por Roberto Pacheco, filho do Sr. Walter Pacheco, tratando-se de uma ação esbulhatória.

Diante do exposto, NEGO provimento ao apelo.

É como Voto.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Relator

A/a